



## **A APP E A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE NO PARANÁ (1947 – 1981)**

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3764

José Jailton Camargo, UFPR  
Valdemir Paiva, UFPR

### **Resumo**

Neste ensaio problematizamos a identidade profissional dos docentes no ensino público estadual do Paraná, entre 1947 e 1981. Discutimos o significado do “ser professor” estadual neste período, a partir de enunciações emanadas da maior associação de docentes, a APP, e as mudanças pelas quais esse significado passou em virtude das transformações do estado e do país. Vamos partir dos enunciados propostos no estatuto da APP em dois momentos distintos: o ano de fundação da associação, 1947, e o ano de unificação com a APMP e APLP, 1981. Entendemos que os enunciados estatutários propostos nestes dois momentos marcam a relação da identidade com o governo e, também, a identidade profissional docente. Em 1947, o estatuto previa que o governo deveria estar tranquilo e confiante na cooperação dos professores; em 1981, o trecho com essa frase foi retirado. Problematicamos identidade profissional a partir de trabalhos de Pierre Ansart e Bourdieu, e a identidade docente a partir de escritos de Garcia, Hypolito e Vieira. Concluímos que a identidade profissional dos docentes ligados à rede estadual passou por uma grande transformação ao longo da ditadura militar, deixando de ser uma categoria ordeira e afeita à ordem estabelecida, e passando a adotar posturas mais plurais, com posicionamentos políticos que iam além do mero corporativismo.

### **Palavras Chave:**

Identidade docente;  
ditadura militar; Paraná.

## Introdução

Vamos problematizar as modificações na representação identitária dos docentes estaduais da rede pública do Paraná, a partir dos enunciados propostos no estatuto da APP em dois momentos distintos: o ano de fundação, 1947, e o ano de unificação com a APMP e APLP, 1981. Os cabeçalhos de ofícios e documentos oficiais da APP reproduziam o preâmbulo do estatuto, onde se lia:

Esforcem-se todos, quanto possam, para que não fique, no Paraná, nenhum professor fora do nosso corpo social: a Associação numerosa e forte, será a classe prestigiosa e acatada; **o Governo tranquilo e confiante na nossa cooperação;** a **Pátria engrandecida pelos nossos esforços conjugados** para um fim comum.<sup>1</sup> (GRIFO NOSSO).

Já em materiais oficiais copiados pela DOPS durante a greve de 1980, a parte do texto que falava na cooperação com o governo e no engrandecimento da pátria fora retirada. O apelo para a organização da categoria e o fortalecimento da associação continuava presente, mas alguma coisa acontecera na forma de se representar com o passar destes anos, de forma que a identidade profissional não era mais a mesma.

O uso da documentação oficial da APP como ponto de partida se deve a que, nas lutas por classificação e divisão no mundo social, há aqueles que falam com autoridade reconhecida, e cujos enunciados podem “produzir a existência daquilo que enunciam.”<sup>2</sup> No sentido de que sua palavra autorizada e reconhecida

define como deve ser o comportamento, e a identidade, autorizados e reconhecidos, pelo grupo a que se destinam.

Entendemos a identidade docente como marcada pela História, pelas conjunturas específicas e pelas singularidades que distinguem essa profissão de todas as outras. Na perspectiva de Garcia, Hypolito e Vieira:

... uma construção social marcada por múltiplos fatores que interagem entre si, resultando numa série de representações que os docentes fazem de si mesmos e de suas funções, estabelecendo, consciente e inconscientemente, negociações das quais certamente fazem parte suas histórias de vida, suas condições concretas de trabalho, o imaginário recorrente acerca dessa profissão — certamente marcado pela gênese e desenvolvimento histórico da função docente —, e os discursos que circulam no mundo social e cultural acerca dos docentes e da escola.<sup>3</sup>

Pierre Ansart fala que “identificar-se é, também, opor-se.”<sup>4</sup> Percebemos, nesse sentido, que parte da mudança na forma de representar a identidade do professor, foi se operando em relação ao governo. À medida que um “outro” a quem opor-se foi-se cristalizando como sendo o governo (ditatorial) - identificado como principal responsável pelas mazelas da categoria - a identidade docente no Paraná foi se transformando.

É todo o conjunto do “ser professor” que opera, nas múltiplas determinações e negociações da constituição identitária, da localização do

<sup>1</sup> DEAP/DOPS: Dossiê: ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ. p. 121.

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre. A ideia de região. IN \_\_\_\_\_ **O poder simbólico**. 6ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 114.

<sup>3</sup> GARCIA, Maria Manuela A.; HYPOLITO, Álvaro M.; VIEIRA, Jarbas S. As identidades

docentes como fabricação da docência. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 1, p. 45-56, 2005. p. 54.

<sup>4</sup> ANSART, Pierre. Das identidades de ofício às identidades de classe: um devir paradoxal? (1820-1848). IN: SEIXAS, Jacy a., BRESCIANI, Maria Stella, BREPOHL, Marion. **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora UNB, 2002. p. 209.

seu lugar no mundo social. Bourdieu lembra que, nas lutas por classificação e divisão do mundo, as pessoas investem “todo o seu ser social”, e que isto explica “... a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca á identidade”.<sup>5</sup>

Estudando mudanças na identidade dos ofícios operários na França em razão das transformações advindas com a Revolução Industrial – e a perda de status dos artesãos – Ansart aponta que:

... todo este universo sutil de hábitos sofisticados, este universo de múltiplas emoções, de prazeres e de esforços particulares, mais vividos do que verbalizados, este universo se desintegra, é contestado, cedendo lugar a nostalgias, angústias e ressentimentos de toda espécie. Processos de des-identificação, des-encantamento, des-ligamento produzem-se, sob diversas formas.<sup>6</sup>

Ao que percebemos, um processo semelhante pode ser identificado em relação aos professores da rede pública estadual ao longo do período que estudamos, produzindo efeitos que - sem desconsiderar a importância deste fundamento – iam muito além das condições econômicas.

Uma reportagem do Diário da Tarde, de 04 de maio de 1975 com o título “carreira não mais atrai professores” mostrava que havia uma verdadeira evasão no magistério “... não somente nas escolas de formação de professores, como dentro do próprio quadro de funcionários dos estabelecimentos.”<sup>7</sup> A perda do status social da profissão estava ligada, entre outras coisas, ao empobrecimento da categoria, à formação aligeirada, à massificação e à redução dos professores “... especialmente os do primário e secundário” à condição de “... proletários

das profissões liberais.”<sup>8</sup>

## Objetivos

O principal objetivo do trabalho é, portanto, pensar como a identidade profissional docente no Paraná foi se modificando ao longo do período da ditadura militar brasileira. A hipótese que exploramos é a de que as mudanças na forma de representação identitária sancionadas pela entidade de representação sofreram grandes transformações também em resposta às dinâmicas sociais e institucionais propostas e executadas pelos governos ditatoriais.

Ao mesmo tempo objetivamos mostrar, com pesquisa empírica, quais políticas e demandas atingiram mais diretamente o professorado e como as formas de reação à essas questões específicas se refletiram na representação da identidade profissional docente.

Por fim, queremos mostrar que, embora a ditadura fosse um processo de âmbito nacional, a forma como as coisas se deu no Paraná tem particularidades e que é importante, então, estudar as associações estaduais. Pois estudos mais abrangentes nem sempre captam configurações e demandas estaduais específicas que são extremamente relevantes para o processo.

As grandes mudanças pelas quais passou a profissão ensejaram também novas formas de representa-la para si e para os outros, como procuramos mostrar nas páginas que se seguem.

## Resultados

A Associação dos Professores do Paraná foi fundada em 1947 por professores ligados ao Instituto de

<sup>5</sup> BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. IN \_\_\_\_\_ **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 124.

<sup>6</sup> ANSART, Pierre. Op. Cit. p. 209.

<sup>7</sup> **DIÁRIO DA TARDE**. 04/05/75.

<sup>8</sup> MILLS, Wright. **A nova classe média**, rio de Janeiro, Zahar, 1989 p. 147.

Educação do Paraná e ao Colégio Estadual do Paraná, e no mesmo ano publicou seu estatuto. Mesmo que o efetivo de associados fosse pequeno e restrito territorialmente, a entidade enunciava um discurso que se pretendia legítimo e legitimado sobre o “ser professor” no Paraná. Grosso modo, esse discurso não foi alterado nos anos seguintes e nem a direção da entidade passou por momentos de disputa.

Em 1954, a APP foi reconhecida como entidade de utilidade pública pela prefeitura de Curitiba e, no ano seguinte, como única representante legal dos professores públicos estaduais.<sup>9</sup> Em 1959, após conseguir doação de um terreno público, foi inaugurada a Casa do Professor, mantida até os dias de hoje. E no início dos anos 1960, após passar por uma série de endereços provisórios, a entidade adquiriu “... oito conjuntos (4, 5, 5-A, 6, 7, 8, 9 e 10), para sua sede própria, no 14º andar do Edifício Asa, à Rua Voluntários da Pátria, 475.”<sup>10</sup>

Ainda no ano de 1947, a primeira Assembleia Geral contou com a presença do governador Moisés Lupion e, entre as reivindicações apresentadas, estava a regulamentação da carreira dos professores. Em 1951 os professores primários - com ampla maioria de mulheres - fizeram uma passeata, “ordeira” reivindicando o cumprimento da lei de carreira.

A forma “ordeira” de reivindicar não deve ser vista apenas como a expressão do quanto os professores da época eram “pelegos”. Tem a ver com a

própria conjuntura histórica e mesmo com o caráter ainda incipiente do associativismo docente no país. Nesse modelo:

... tais associações buscavam, de diferentes formas, tornar o trabalho realizado pelos professores mais valorizado e, assim obter maior reconhecimento social que deveria se traduzir também em uma melhor remuneração. Tais objetivos, entretanto, não poderiam comprometer a preocupação em manter o respeito quanto às autoridades constituídas, nem o suposto ideal de neutralidade política...<sup>11</sup>

Ou seja, era a forma corrente como as coisas eram feitas. Ademais, havia no Paraná um discurso governamental que vinha se perpetuando nos sucessivos governos estaduais, no sentido da urgência e da importância da educação para desenvolver o estado e incluí-lo “entre os primeiros da federação”<sup>12</sup>

O estado possuía 45 municípios em 1940, e em 1982, 310. A população também cresceu vertiginosamente até os anos 1980, saltando de 1 milhão e 236 mil em 1940, para 7 milhões e 629 mil em 1980.<sup>13</sup> Esse crescimento era visto com otimismo pelos governantes e como uma forma de trazer crescimento. Para o governador Ney Braga “... depois da infraestrutura para a indústria – como, por exemplo, energia elétrica e transportes –, é preciso priorizar a mão de obra qualificada, e cabe ao governo viabilizar uma educação pública que a possibilite.”<sup>14</sup>

Por outro lado, o inchaço

---

<sup>9</sup> Lei Municipal nº 973, de 30/09/1954 e Lei Estadual nº 2498, de 17/01/1955.

<sup>10</sup> ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha dos. **APP Sindicato 60 anos – Cascavel e Região 40 anos: história e memórias**. Cascavel: ASSOESTE, 2008. p. 30.

<sup>11</sup> VICENTINI, Paula P.; LUGLI, Rosário G. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009. P. 105.

<sup>12</sup> LUPION, Moisés. Apud: IPARDES. **Paraná reinventado: política e governo**. p. 26.

<sup>13</sup> IPARDES. **Paraná: características demográficas e projeção da população por microrregião até 1990**. Curitiba 1983. p. 6.

<sup>14</sup> Apud. BELLO, Melissa Colbert. **Professoras e professores em greve?** Memórias do Congresso do Magistério Público do Paraná (1968). Dissertação de mestrado. UFPR, 2013. p. 67.

populacional demandava mais escolas e professores, contribuindo para o conhecido processo de massificação do ensino. Observando as taxas de crescimento da população no estado, muito superiores à média do país, podemos inferir que aqui o problema da massificação foi particularmente sentido. O número de professores estaduais, que em 1954 era de sete mil, chegava a mais de 21 mil em 1960 e a quase 54 mil em 1970.

No ano de 1964, por ocasião do golpe de Estado que derrubou João Goulart, não parece ter havido algum tipo de protesto. Nesse ano havia, inclusive, funcionários cedidos pelo governo do estado prestando tarefas administrativas na sede da APP.<sup>15</sup> Nesse período, a grande reivindicação dos professores girava em torno da criação de um plano de carreira que ordenasse a sua atuação.

Estudando o chamado “Congresso do Magistério” de 1968 – movimento de “greve não declarada” que reivindicava um estatuto, Bello sustenta que:

Fica explícito que em torno *da nobreza do sacerdócio docente* busca-se legitimar de um lado a paralisação das aulas em busca de atendimento às justas reivindicações e de outro o apelo para que as(os) professoras(es) aguardassem a ação do governo, diante das suas possibilidades, sem abandonar seu *nobre* trabalho: voltassem às aulas. De nenhum lado há a rejeição da representação do Magistério como missão, por mais que elementos contraditórios a ela sejam também evocados.<sup>16</sup>

Como sugere Ansart “nestes momentos de enfrentamento, a identidade concretiza-se, torna-se incontestável e reveste, provisoriamente, o caráter de evidência da experiência.”<sup>17</sup> A maioria da categoria parecia estar realmente convencida sobre esse discurso identitário.

Em 1968 o governo do estado promulgou o estatuto do magistério estadual, e os professores voltaram às aulas. Mas logo ficou claro que se tratava mais de uma lei “disciplinar e punitiva”<sup>18</sup> do que algo que pudesse melhorar, por exemplo, a carreira e os salários dos docentes. Até 1976 o tema do estatuto foi o mote central dos descontentamentos dos professores. A impaciência da categoria crescia à medida em que, passado o período do “milagre econômico” brasileiro, entre 1968-1974, o projeto ditatorial ia perdendo o apoio de amplos segmentos da classe diante de uma verdadeira “proletarização”<sup>19</sup> da profissão docente.

Após o fim do ano letivo de 1976 o então governador Jayme Canet – indicado por Brasília -<sup>20</sup>, assinou finalmente uma nova lei para o Estatuto do Magistério, vetando “apenas” todos os artigos referentes a ganhos salariais e concursos, o que deixou os professores bastante revoltados.

Em assembleia realizada em 30/03/1974 deliberou-se pelo envio de um ofício ao governador do Paraná, onde os professores afirmavam que “... à medida que as taxas inflacionárias crescem, os reajustes concedidos são em base pouco superior à metade do

<sup>15</sup> ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha dos. Op. cit. p. 36.

<sup>16</sup> BELLO, Melissa Colbert. Op. cit. p. 153

<sup>17</sup> ANSART, Pierre. Op. cit. p. 213/214.

<sup>18</sup> Ofício nº 154/74. DEAP/DOPS. Dossiê nº 94b. Topografia 12. Documentos/Informações referentes a Associação dos Professores do Paraná. p. 87/95.

<sup>19</sup> FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar** (1964-1985). São Paulo: Terras do Sonhar/Edições Pulsar, 2006.

<sup>20</sup> O último governador eleito no período ditatorial fora Paulo Pimentel, em 1966. A partir de 1971, os governadores passaram a ser nomeados diretamente pelo governo federal.

percentual de elevação inflacionária.”<sup>21</sup> Ao mesmo tempo, havia grande preocupação dos informantes da DOPS com o aumento do número de presentes a cada nova assembleia da categoria. Esse aumento é perceptível também pelas assinaturas nas atas das assembleias, onde mais nomes de “desconhecidos” solicitavam a palavra e faziam apontamentos que desabonavam, cada vez mais pejorativamente, os governos estadual e federal.<sup>22</sup>

Assim é que, em 1974, agentes do DOPS relataram os fatos “mais relevantes” de uma reunião na sede da APP, com inúmeras críticas ao governo e, entre estas, uma que foi “aplaudida calorosamente” pelos mais de 80 presentes. Um professor chamado Lino, teria afirmado: “... se for preciso, está na hora de tomar uma decisão, se for preciso nós temos, nós professores de assumir o comando político.”<sup>23</sup> Poderia parecer mera bravata, e talvez fosse, mas dizer isso sabendo da presença da DOPS – em todas as reuniões e assembleias o órgão era previamente comunicado e enviava agentes – mostra que algo mais estava acontecendo.

Ademais, a pretensão de “tomar o comando político” não poderia estar presente em uma classe ordeira e cooperadora com o governo, mesmo como bravata.

A direção da entidade insistia na linha de não confrontar as autoridades, fato que mereceu elogio de um informante da DOPS em relatório sobre uma assembleia conjunta da APP e APLP em

maio de 1977. Dizia o informante que:

Finalmente, a situação em realce no PARANÁ, ainda não tomou rumos contrários à ordem pública face à atuação moderadora dos Presidentes da APP e APLP, RUBEN DE OLIVEIRA E ARGEMIRO ALUÍZIO KARLING, respectivamente, os quais, toda vez que os ânimos adquirem características de extrapolação e desordem, agem energicamente e tem conseguido, até agora, controlar os mais agitados e repudiar qualquer manifestação ou reivindicação de caráter puramente contestatório.<sup>24</sup>

Em 1978, frente às dificuldades da carreira e à quase inviabilidade da própria subsistência, os professores foram à greve, pela primeira vez em 10 anos. A greve foi puxada pela base e a direção precisou aderir. Na ata da reunião de 09/08/1978, o presidente informava que havia recebido um telefonema do secretário de educação e cultura sugerindo que a APP impedisse uma possível greve em sua jurisdição.

A direção deliberou por pedir que o governo atendesse as reivindicações, já que havia disposição do professorado de Curitiba em aderir ao movimento. A decisão da direção foi que “... caso decidam pelo Congresso (greve) a associação não deverá encabeçá-lo, devendo a assembleia escolher os elementos para coordenar e liderar o movimento.”<sup>25</sup>

Os acontecimentos atropelavam a direção e, para não perder o poder, os

---

<sup>21</sup> Ofício nº175/1974. DEAP/DOPS. Dossiê nº 94b. Topografia 12. Documentos/Informações referentes a Associação dos Professores do Paraná. p. 94

<sup>22</sup> APP-SINDICATO. “Atas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias (1962-1987)”. Pasta 19.

<sup>23</sup> <sup>23</sup> DEAP/DOPS. Dossiê Nº 94b. Topografia: 12. Documentos/Informações referentes à:

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ. p. 111. Professor Lino. Assembleia da APP em 04/05/1974.

<sup>24</sup> Informe nº 645/3 de 16 de maio de 77. DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes a Associação dos Professores Licenciados do Paraná. p. 37

<sup>25</sup> APP-SINDICATO. “Atas de reuniões da diretoria estadual da APP (1954-1985)”. Pasta 13. Ata de reunião de direção em 09/08/1978. p. 5.

dirigentes precisaram entrar nesse movimento e em outros que vieram depois. Em 1980, novamente os professores foram à greve, mas nesse caso já é possível perceber um comportamento diferente dos dirigentes (ainda eram os mesmos de 1978), que ajudaram a puxar o movimento.

Pode-se perceber uma relação direta entre a crescente perda de legitimidade do regime junto ao segmento docente, e o aumento de fichamentos e anotações sobre professores. Como propõe Arendt, “politicamente, o ponto é o de que com a perda do poder torna-se uma tentação substituí-lo pela violência...”<sup>26</sup>, ou seja, nesse caso, não a violência ainda, mas o aumento da vigilância.

De certa forma, do ponto de vista do regime, aumentar a vigilância poderia não significar apenas paranoia. Algo estava mudando não apenas em relação à legitimidade do governo na categoria, mas também na disposição desta em abrir-se para outros grupos e movimentos que, de fato, colocavam-se em clara oposição à ditadura. Além das reuniões do Comitê Brasileiro pela Anistia, que ocorriam na sede da APP, em 1979 diversos outros movimentos puderam usar esse espaço.

Em 1980, numa manifestação de rua contra a ditadura e a precarização do ensino que envolvia estudantes, professores e associações de bairro, o agente da DOPS plantado no local relatou que foi “interpelado por um sujeito de estatura baixa, barbudo e de olhos castanhos” que o denunciou como policial e jogou o pessoal para cima dele, tendo que deixar o local escoltado pela polícia.<sup>27</sup>

Uma declaração do presidente da APP, nesse mesmo ano, parece traduzir o sentimento geral da categoria, de que a resolução dos grandes problemas da

educação já não era mais possível sem democracia. Para Izaías Ogliari, a educação precisava de:

Um novo pacto social capaz de pôr fim aos rumos sombrios a que está sujeita a sociedade brasileira e pedem o desarmamento da nação com a desmontagem dos aparelhos de repressão e a inversão dessas verbas na educação, único veículo capaz de construir a verdadeira segurança e desenvolvimento do povo com paz e justiça social.<sup>28</sup>

Mais que propor a defesa de interesses corporativos em nome de uma “missão sagrada”, os professores do Paraná pretendiam saber o que o governo deveria fazer. A representação oficial, autorizada, da categoria, não pretendia mais cooperação com o governo, e sua adesão à ordem parecia exigir que eles pudessem se expressar sobre “qual” ordem era essa.

### Considerações Finais

A identidade profissional dos professores (dos mestres) expressa pelos discursos legitimados pela APP, até os anos 1970, basicamente trazia uma identificação com aquilo que “a sociedade” esperava deles: o professor deveria ser alguém que desse “exemplo” de afeição à ordem; de conduta ilibada. Um exemplo (da) moral (dominante), um espelho de como o aluno também deveria ser. A professora deveria ser exemplo, também, de uma mulher “afeita ao lar”; capaz de ensinar “prendas domésticas” (ou “economia doméstica”) para as alunas. A figura da professora deveria ser inseparável da figura da dona de casa, ocupante do espaço doméstico que, somente por uma missão sagrada e á título de expressar a todo momento o vínculo que unia a educadora à doméstica, poderia aceder ao espaço público, que não era o

<sup>26</sup> ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. -2ªed.-. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 72.

<sup>27</sup> Idem. p. 170.

<sup>28</sup> Idem. p. 444.

seu.

Mesmo uma das professoras com mais notória inserção pública nos anos 1940, Annete Macedo, que afirmara: “eu me insurjo... contra todas as leis e todos os atos pelos quais os homens têm decretado a incapacidade da mulher e não admito, nem mesmo a negação de sua intervenção na política”<sup>29</sup> instituíra na escola que dirigia o Curso Doméstico para ensinar “... às meninas de mais de 7 anos a cultura física, intelectual, afetiva, ativa, moral, cívica e estética, necessária às boas mães de família.”<sup>30</sup>

A partir dos anos 1970 alguma coisa aconteceu, ou começou a acontecer. Aquele modelo do(a) professor(a) estava sendo extrapolado. As falas sobre o governo começaram a trazer conteúdo de críticas incompatíveis com a figura do mestre ordeiro e da professora modelo-de-dona-de-casa.

A questão do Estatuto do Magistério, aos poucos e em parte devido ao golpe que foi a lei de 1968, foi se tornando central. O descrédito com as ações dos governos federal e estadual pode ter ajudado a fomentar a ideia de que um governo democrático talvez fosse menos intransigente e que, na democracia, a voz dos professores poderia ser ouvida com mais atenção. Se identificar-se é também opor-se, como aponta Ansart, “uma identidade reforça-se, por outro lado, à medida que as oposições e as causas do malsão designadas, os inimigos aos quais o movimento se opõe.”<sup>31</sup> Nesse caso, o governo e a ditadura foram aparecendo cada vez mais como esse inimigo.

A construção, ou reforço, da imagem negativa do governo ditatorial envolvia “todo o ser social” dos docentes.

O sentimento de humilhação como decorrência da perda de status social não foi menos importante para mobilizar as energias afetivas contra o “outro”, culpado pela situação.

Olhando para as duas formas de representar “a classe” presentes no estatuto ao longo do recorte temporal estabelecido, tem-se a impressão de que a entidade mudou. Mas, e esta é uma questão crucial, entendemos que, mesmo sendo o lugar de enunciação do discurso identitário legítimo, a “fala reconhecida” não pode simplesmente impor a visão de mundo que considera correta, sem a aquiescência daqueles a quem pretende designar. Nesse sentido, mais do que “trazer à existência” uma dada forma de identificação, é possível que esse discurso legitimado seja o reconhecimento de situações de fato já estabelecidas. Por outras palavras: que esses discursos representem o sentimento dominante na categoria nos dois momentos selecionados, mais do que tragam à existência uma identidade que a associação considerava correta.

Não se está afirmando que todos os professores se sentiam plenamente representados pela figura do mestre ordeiro e símbolo de uma missão sagrada até os anos 1970, e nem que a enunciação onde a cooperação com governo desaparecera, nos anos 1980, era a radical mudança para a identidade de todos os professores como militantes sindicais ou contrários à ditadura. Antes, entendemos que havia uma forma dominante de percepção e representação da identidade profissional docente no estado, e que esta sofreu modificações de forma que, a partir dos anos 1980, a identidade docente não era mais incompatível com contestação, greves e aceitação de outros segmentos

---

<sup>29</sup> MACEDO, Annette. Apud: SOUZA, SOUZA, Cristiane dos Santos. **Entre permanências e rupturas: Um estudo sobre Annete Macedo, uma expressão feminina na educação paranaense.** In Anais do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Uberlândia:

UFU, 2006. Disponível em <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/118CristianeSantosSouza.pdf>

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> ANSART. Op. Cit. p. 213.



sociais “de status inferior” (como associações de bairros) nos mesmos espaços e reivindicações. Digamos que a representação dominante da identidade profissional dos docentes paranaenses tornou-se mais plural.

## Referências

ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha dos. **APP Sindicato 60 anos – Cascavel e Região 40 anos: história e memórias**. Cascavel: ASSOESTE, 2008.

ANSART, Pierre. Das identidades de ofício às identidades de classe: um devir paradoxal? (1820-1848). IN: SEIXAS, Jacy a., BRESCIANI, Maria Stella, BREPOHL, Marion. **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora UNB, 2002.

**APP-Sindicato**. Curso de Formação para representantes de escola. Etapa II: concepção, estrutura e organização da APP-Sindicato. Curitiba: 2008.

**APP-Sindicato**. Jornal 30 de Agosto 53, abr. 1997.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. -2ªed.-. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BELLO, Melissa Colbert. **Professoras e professores em greve?** Memórias do Congresso do Magistério Público do Paraná (1968). Curitiba, 2013. Dissertação de mestrado. UFPR, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. IN \_\_\_\_\_ **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FERREIRA JR., Amarello; BITTAR, Marisa. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Terras do Sonhar/Edições Pulsar, 2006.

GARCIA, Maria Manuela A.; HYPOLITO, Álvaro M.; VIEIRA, Jarbas S. As identidades

docentes como fabricação da docência. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 1, p. 45-56, 2005.

IPARDES. **Paraná: características demográficas e projeção da população por microrregião até 1990**. Curitiba 1983.

IPARDES. **Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba, 1989.

MACEDO, Annette. Apud: SOUZA, SOUZA, Cristiane dos Santos. **Entre permanências e rupturas: Um estudo sobre Annette Macedo, uma expressão feminina na educação paranaense**. In Anais do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: UFU, 2006. Disponível em <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/118CristianeSantosSouza.pdf>

MILLS, Wright. **A nova classe média**. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.

MUNHOZ, Décio Garcia. Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. IN: **ECONOMIA CONTEMPORÂNEA** N° 1 JAN. – JUN. DE 1997.

VICENTINI, Paula P.; LUGLI, Rosário G. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

DEAP/DOPS. Dossiê n° 94b. Topografia 12. Documentos/Informações referentes a Associação dos Professores do Paraná.

DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes a Associação dos Professores Licenciados do Paraná.

APP-SINDICATO. “Atas de reuniões da diretoria estadual da APP (1954-1985)”. Pasta 13.

APP-SINDICATO. “Atas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias (1962-1987)”. Pasta 19.

CURITIBA. Lei Municipal ° 973, de 30/09/1954  
PARANÁ. Lei Estadual ° 2498, de 17/01/1955.